

Comentários

A NECESSIDADE DE UMA "HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DA AMAZÔNIA"

Cláudio Moreira Bento*

A Amazônia, pela extraordinária projeção econômica e geopolítica que lhe está reservada no Terceiro Milênio, está cada vez mais ameaçada de, unilateralmente e em nome da *Nova Ordem Mundial*, ser internacionalizada e declarada patrimônio da humanidade. São ameaças reais, conforme testemunho de abalizadas autoridades civis e militares.

O poder econômico internacional, com seus capitais concentrados nas nações do G7 e, em especial, na única potência mundial hegemônica, os Estados Unidos da América, pretende congelar a exploração das riquezas da Amazônia, para colocá-las a serviço dos seus objetivos, contrariando interesses da sociedade brasileira e comprometendo a soberania do nosso País.

As ameaças de intervenção na Amazônia têm vindo à baila na voz de líderes de grandes potências. Impõe-se, portanto, ao Brasil, *fazer o seu dever de casa* na Amazônia e ficar em condições de defendê-la a todo custo. Para isso, será de real valor o levantamento crítico da História Militar da Amazônia, em especial,

da sua História Militar Terrestre. Ele poderá ajudar a melhor orientar o esforço de defesa, como ocorreu, a partir de 1922, na Região Sul.

Sobre a projeção estratégica mundial da Amazônia, que a torna motivo de cobiça internacional, bem escreveu o Coronel Gélcio Fregapani, especialista em assuntos da área, na quarta capa de seu recente livro *Amazônia - a Cobiça Internacional: a Verdade que Poucos Conhecem*.

O exame, ainda que superficial, do mapa demográfico mundial, mostra-nos regiões superpovoadas e regiões despovoadas. Entre estas, destacam-se o Saara, a Antártida, as vastidões geladas da Sibéria, o norte do Canadá, o Alasca, as alturas nevadas do Tibete - ou alguns outros maciços - e a Amazônia. Todas são regiões praticamente inabitáveis, exceto a última. Levando-se em conta a explosão demográfica mundial, a terra desabitada, mas habitável, tende a ser objeto de cobiça. Se for a única, corre perigo maior.

Ante essa realidade, manifestam-se pressões baseadas em concepções forjadas, segundo as quais, acima das fronteiras nacionais, está o interesse da humanidade. Nossa Amazônia, com sua riquíssima biodiversidade, água abundante e vastíssimas riquezas minerais ainda inex-

* Coronel de Engenharia e Estado-Maior. Presidente da AHMTB.

ploradas, passa a ser, naturalmente, motivo de inquietação.

A descoberta recente de incríveis jazidas minerais ameaça cartéis e pode alterar radicalmente a ordem econômica mundial, a balança pendendo a favor do Brasil. Conhecemos demonstrações da difícil aceitação dessa realidade. Certamente, os detentores do poder mundial cogitarão de usar todos os meios para impedir o aproveitamento das circunstâncias favoráveis ao Brasil. Serão capazes até de atos de beligerância, conforme registra a História da humanidade.

Trata-se pois de perigo potencial real e imediato. Urge prevenir o risco, para que as gerações do Terceiro Milênio não precisem recorrer às armas, na defesa da integridade nacional. E disso decorre a importância do estudo da História Militar Crítica da Amazônia, o que tentaremos justificar.

Cita Camões, o poeta soldado, em *Os Lusíadas*, que a *Disciplina Militar prestante* (leia-se Doutrina Militar) *não se aprende senhores, na fantasia, senão vendo* (estudo da História Militar), *tratando* (exercitando-se) e *pelejando* (experiência de combate) e grandes capitães da História têm reafirmado a importância do estudo crítico da História Militar e não da História descritiva.

É do Marechal Ferdinand Foch, comandante da vitória aliada na Primeira Guerra Mundial, essa afirmação, quando ainda professor de História Militar da Escola Superior de Guerra da França, de onde saiu para comandar os aliados: *Para alimentar o cérebro Comando de um exército na paz, para prepará-lo para a eventualidade indesejável de uma guerra, não existe livro mais fecundo em meditações*

e lições do que o da História Militar. E, do pensador militar brasileiro, Coronel J.B. Magalhães, ao prefaciá-lo livro do Coronel Amerino Raposo Filho, Caxias e os Nossos Problemas Militares (Rio de Janeiro: SGEEx, 1969 - série subsídios doutrinários): *Tudo o que existe deriva do que existiu antes. É isso que dá valor positivo aos registros da História, permitindo elaborar-se uma doutrina capaz de orientar com acerto as atividades humanas.*

Não obstante, o livro da História Militar Crítica da Amazônia não existe, como existe o do sul iniciado, em 1922, pelo General Augusto Tasso Fragoso, atendendo a conselhos da Missão Militar Francesa.

E, nestes últimos 77 anos, a prioridade foi o sul.

A Amazônia é, pois, um deserto de estudos desse tipo, feitos por historiadores militares. Dos civis que têm escrito sobre o tema, descritivamente, cito os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) Artur César Ferreira Reis, Silvio Meira e Leandro Góes Tocantins. Os dois primeiros, já falecidos, possuem valiosas obras capazes de apoiar os estudos aqui propostos. A obra de todos eles consta do *Dicionário de Historiadores Brasileiros*, editado em cinco volumes pelo IHGB.

Estudo valioso se constitui também o do General Carlos de Meira Mattos, *Uma Geopolítica para a Amazônia*.

Em 1973, produzimos a plaqueta *Centenário do Libertador do Acre Plácido de Castro*, editada pela SUDAM e distribuída amplamente pelas escolas da área a pedido do Coronel Milton Câmara Sena, seu superintendente. No mesmo ano, como membro da Comissão de História

do Exército Brasileiro, a convite do General Adauto Bezerra de Araújo, de Brigadeiro Faria Lima e do Governo do Acre, tivemos oportunidade de pesquisar *in loco*, por uma semana, a campanha militar pela libertação do Acre. Constatamos, na oportunidade, muitas originalidades guerrilheiras ao entrevistarmos ex-combatentes como o sargento Feitosa, mateiro de Plácido de Castro, ao qual ele deu sua bússola, homem que cortou a corrente que barrava a navegação em Porto Acre. Foi luta cheia de ensinamentos para a defesa da área. O mais singular era o *navegar-se* na selva, abrindo picadas novas para evitar caminhos entre seringais, sujeitos a emboscadas. Plácido de Castro liderou a resistência vitoriosa contra o *Bolivian Syndicate*, formado por capitais privados americanos e ingleses, um autêntico Cavalão de Tróia, que visava ao domínio das fontes de produção de borracha da Amazônia, com apoio em força armada. As lutas militares e diplomáticas, que culminaram com a incorporação do Acre ao Brasil e a fixação dos limites do Brasil no Amapá, são ricas para meditações e recolhimento de lições.

Julga-se que muitos fatos relacionados com a História Militar Terrestre da Amazônia tiveram seus registros perdidos. Estima-se que, em torno de Tefé, aconteceram fatos militares importantes.

A revolta da Cabanagem e a impunidade de seus adeptos foram motivadas pela ausência do Estado na imensa área amazônica. Poderia ter sido vitoriosa, perdendo o Brasil, nesse caso, o domínio da foz do Amazonas, pela interferência francesa a partir do Amapá, se maior capacidade intelectual, militar e política tivessem tido

suas lideranças. Ela ameaçou seriamente a unidade do Brasil na Regência. A reação vitoriosa no Amapá, em 1895, sob a liderança de Cabralzinho, diante do desrespeito à nossa soberania, por uma Companhia de Infantaria francesa transportada por uma canhoneira, foi por nós abordada no *Noticiário do Exército* (nº 8.430 de 1ª de maio de 1992), sob o título *O Combate da Vila Amapá, de 15 de maio de 1895*.

A própria documentação relativa ao Forte Príncipe da Beira era desconhecida. Sobre ele, em seu bicentenário, conseguimos escrever uma página no *Letras em Marcha* (setembro de 1976), abordagem que repetimos, ampliada, em 1982, no álbum *A História do Brasil Através de Seus Fortes*, editado pelo GBOEx. Até então, existiam dúvidas sobre de onde vieram as pedras para a construção das muralhas. A história do Forte só foi abordada com mais profundidade em 1985, com o trabalho bilíngüe *Real Forte Príncipe da Beira*, patrocinado pela Odebrecht, de autoria do Coronel José Maria de Souza Nunes. O Forte, esquecido e abandonado, foi redescoberto pelo Marechal Rondon, coberto pela selva. Em suas ruínas, estava gravada a seguinte citação, em placa testemunha do espírito que presidiu a epopéia de sua construção:

A soberania e o respeito de Portugal impõem que neste lugar se erga um forte. E isto é obra e serviço dos homens de El-Rei de Portugal, nosso Senhor e, como tal, por mais duro, por mais difícil e por mais trabalho que isso dê, é serviço de Portugal e tem de se cumprir!

Resgatamos também a história do Forte São Joaquim do Rio Branco, em Roraima, na *Revista Militar Brasileira* (v. 106, janeiro/junho de 1975, p. 51-54).

Os fortes da Amazônia constituíram um arco de proteção à cobiça estrangeira, colocados estrategicamente nos acessos fluviais aos rios da nossa região: no Guaporé, o *Príncipe da Beira*; o *Tabatinga*, no Solimões; o *Marabitanas* (Cucuí) e o *São Gabriel*, no Rio Negro; o *São Joaquim*, na confluência dos formadores do Rio Branco; o do *Presépio* e *Macapá* na foz do Amazonas. E, aprofundando as defesas no interior do vale, os fortes de *Santarém*, *São João da Barra*, dos *Óbidos*, do *Desterro* e *Toere*.

Sendo a História Militar da Amazônia um laboratório de táticas, logística e estratégia visando à sua defesa, impõe-se com urgência, salvo melhor juízo, um estudo histórico militar crítico integrado das Forças Armadas, sobre os conflitos internos e externos que a envolveram.

É do Presidente Médici a declaração abaixo, feita no IHGB, ao ser empossado seu Presidente de Honra (3 de junho de 1970):

Não se governa bem sem História e historiadores! Aqui podemos afirmar que não se governa bem sem História e historiadores. E nós brasileiros podemos dizê-lo melhor do que ninguém, pois, pacificamente, nenhum país cresceu mais do que o Brasil pela pesquisa e análise de nossos historiadores.

A essa necessidade se contrapôs, porém, durante longo tempo, o desprestígio da História Militar, por haver sido ministrada de forma descritiva, e não crítica, na Escola Militar.

A inflexão teve início efetivo com o General Álvaro Cardoso, foi dinamizada pelo Coronel Francisco Ruas Santos e acreditamos ter ajudado a consolidar,

cooperando, em 1978, na elaboração dos livros-texto bastante ampliados, editados com o apoio do EME, *História da Doutrina Militar* e *História Militar do Brasil*, e produzindo o manual *Como Estudar e Pesquisar a História do Exército Brasileiro*, ora reeditado pelo Estado-Maior do Exército. São livros até hoje usados como livros-texto.

Para enfrentar militarmente as ameaças potenciais sobre a Amazônia, existem soluções que objetivam integrá-la e desenvolvê-la com a preservação ambiental e das comunidades indígenas - SUDAM, Zona Franca, Pacto Amazônico, FUNAI, Calha Norte, SIVAM e implantação de malha rodoviária integradora pelo Exército, além da criação prevista, em Manaus, de um Centro de Biotecnologia.

Na falha ou fracasso de todos esses planos, por falta de cooperação internacional sincera, e se houver intervenção militar, é de se esperar o apelo à guerrilha, a estratégia do fraco contra o forte, de que o nosso processo histórico é rico de exemplos. É solução inspirada no pensamento militar português decorrente de seu ideal político de dilatar a *Fé* e o *Império*, tão presente e vivo em *Os Lusíadas* e assim interpretada pelo General Paula Cidade: *Julgada a causa justa, pedir a proteção de Deus e atuar ofensivamente mesmo em inferioridade de meios.*

Desse pensamento, deu imortal exemplo o Coronel Ricardo Franco, construtor do Forte de Coimbra. Atacado por poderosa força invasora, em 1801, não se rendeu, respondendo da seguinte forma ao ultimato inimigo: *A inferioridade numérica foi estímulo que sempre animou os sol-*

dados luso-brasileiros a não abandonarem seus postos e a defendê-los até as últimas conseqüências. Ou repelir o inimigo, ou sepultarem-se debaixo das ruínas dos fortes, cuja defesa lhes confiaram.

Mais tarde, em 1865, o Tenente Antônio João e seus bravos resistiram a uma avassaladora invasão e a ela fez frente, justificando: *Sei que morro, mas o meu sangue e o de meus comandados servirão de protesto solene contra invasão do solo sagrado da minha pátria.*

Nunca é demais lembrar e repetir que, nas guerras holandesas, a resistência durante trinta longos e sofridos anos foi feita com base na estratégia do fraco contra o forte, a guerra de guerrilhas. A diferença entre a estratégia luso-brasileira e a holandesa foi assim estabelecida por Antônio Dias Cardoso, o mestre da emboscada, tático e estrategista da Insurreição Pernambucana (1645-54), ao responder a um oficial inimigo que lhe disse que venceriam o próximo confronto porque lutariam dispersos como os patriotas: *Melhor para nós, pois cada soldado nosso é um capitão, e cada soldado de vocês necessitará ter ao lado um capitão que o obrigue a combater!* Nem que, em 1763 e 1774, duas invasões do Rio Grande do Sul, pelo litoral e pela campanha, terminaram por controlar dois terços do seu território. Para expulsá-los, mais uma vez, recorreu-se à resistência com o emprego desse tipo de guerra. Ela foi conseqüência da seguinte diretriz emanada do Rio de Janeiro às fracas forças do sul: *A guerra contra o invasor será feita com pequenas patrulhas, localizadas nos passos dos rios e arroios e nas matas. Desses locais sairão ao encaço dos invasores, para surpreendê-los, causar-*

lhes baixas, arruinar-lhes as suas cavalhadas, gados e suprimentos e ainda trazer-lhes em constante e contínua inquietação.

Plácido de Castro aprendeu esse tipo de guerra como major federalista e dela muito tirou proveito para sua luta que culminou com seu êxito militar no Acre. Foi usando a guerrilha, repetimos, que Cabralzinho resistiu ao controle do Amapá, em 1895. Foi também se valendo da *guerrilha contra a guerrilha* que o Duque de Caxias pacificou a Balaiada, em 1838, no Maranhão, e a Farroupilha, em 1845, no Rio Grande do Sul. Não pode ainda ser olvidada a guerra de guerrilhas movida por Pedro Teixeira para expulsar os invasores europeus do estuário e do Baixo Amazonas, e de como a resistência dos Cabanos, usando a guerrilha, prolongou-se por anos a fio.

Hoje, a resistência na Amazônia contra forças invasoras esmagadoramente superiores, segundo estudiosos brasileiros, seria a *Estratégia da Lassidão: estratégia do fraco contra o forte em que o fraco, valendo-se de alguns fatores em seu favor, reage no campo militar, evitando um confronto decisivo contra uma esmagadora superioridade militar, enfraquecendo-lhe assim a vontade de combater, visando a obter, na opinião pública do inimigo, forte pressão sobre o seu Congresso no sentido de suspender as ações armadas.*

A Coluna Miguel Costa/Prestes foi uma variante da Lassidão, bem como a Revolução de 1923, no Rio Grande do Sul.

Sinceramente, confiamos no povo e nos parlamentos das grandes nações, onde algumas lideranças imperialistas falam em internacionalizar a Amazônia e em desconsiderar a soberania que sobre ela exercem

o Brasil e seus vizinhos. Que eles não deixem repetirem-se, na Amazônia, os dramas vividos por filhos dos Estados Unidos e da França no Vietnã, na Indochina e na Argélia. Valeu o preço pago no Vietnã? A perda de 46 mil jovens mortos, 300 mil feridos, 1.800 desaparecidos e de dezenas de milhares desajustados, em maioria das classes mais humildes? Não existirão formas de essas nações democráticas apoiarem a integração e o desenvolvimento com preservação ecológica da Amazônia, sem ferirem as soberanias das nações donas do território?

Hoje, alguns ingleses, holandeses e belgas já trazem, em seus carros, adesivos com a frase: *Você já matou hoje o seu brasileiro?* É fruto da caluniosa satanização do Brasil pela mídia internacional a serviço do poder econômico mundial que a controla!

Por tudo isso, impõe-se, como medida preventiva, um estudo da História Militar Crítica da Amazônia para dela extrair-se lições de tática, estratégia e logística e, assim, não se continuar a justificar o pensamento de um militar vivo, que não autorizou revelar seu nome:

A história de nossa História Militar deixou, em sua esteira, um monte de escombros de fracassos, equívocos frustrações, falsas interpretações de seu real valor e desvios de parte das instituições criadas para preservá-la e explorá-la a serviço do alavancamento doutrinário de nossas Forças Armadas, com apoio na vitoriosa experiência militar brasileira de quase cinco séculos. Essa, riquíssima, mas inexplorada, é, em grande parte, responsável pela conquista e manutenção de um Brasil de dimensões continentais que não é obra de um milagre, como querem alguns.

O NACIONALISMO BRASILEIRO

*Carlos de Meira Mattos**

No Brasil da *modernidade* tornou-se hábito tachar-se de nacionalista à pessoa ultrapassada no tempo, incapaz de compreender as excelências da influência da tecnologia moderna nos costumes das sociedades, um sobrevivente, enfim, das eras pré-históricas: um *dinossauro*.

Sobre o nacionalismo existe ampla e erudita obra acadêmica. O Professor Byrk G. Sharper, ex-presidente do *International Committee of Historical Science* dos Estados Unidos, escreveu volumoso e elucidativo tratado sobre a matéria, em obra que denominou *Faces of Nacionalism*. Estendeu sua pesquisa a obras e autores dos quatro continentes, oferecendo conceitos sobre o nacionalismo que abrangem vasto plantel de autores acadêmicos, políticos e sociólogos. Vejamos alguns conceitos:

Nacionalismo é a fusão emocional de dois fenômenos muito antigos - nacionalidade e patriotismo; corresponde à suprema devoção do ser humano em engrandecer as nacionalidades, fundada numa consciência política de Nação lingüística ou cultural (Carlton Hayes, considerado o pai dos estudos políticos sobre nacionalismo nos Estados Unidos).

*Nacionalismo é uma ideologia que assegura à nação o direito de ser árbitro pessoal e final nos assuntos de seu interesse (Dorothy Dohen, do livro *Nationalism and American Catholicism*).*

* General-de-Divisão. Matéria transcrita da publicação *Letras em Marcha*, edição maio/junho de 2000.

Nacionalismo é a garantia da independência e da preservação da integridade da soberania e a afirmação do prestígio do Estado-nação (Raoul Girard, no livro *Le Nationalism Français*).

Nacionalismo é a consciência de parte de indivíduos ou de grupos de membros de uma nação, traduzida no desejo de levar avante a liberdade e a prosperidade nacional (*Royal Institute of International Affairs, Londres.*)

Vários autores, acadêmicos, políticos, sociólogos, incluindo Sharper, estudaram o nacionalismo desde o século XVII, época da consolidação das grandes monarquias europeias.

No seu livro mais recente (1993), editado pela Universidade Harvard, o Professor Liah Greenfeld (*Nationalism - Five Roads for Modernity*) observa que *o nacionalismo, ao longo da História, aparece, desaparece, mas sempre reaparece*. Consideramos o atual nacionalismo um fruto da Revolução Francesa de 1789 que resultou da eclosão das idéias de participação do povo no governo da nação, idéias que se vieram aquecendo no cadinho das pregações de Hobbes, Voltaire, Jefferson, Montesquieu e Rousseau.

Todos os conceitos emitidos pelos autores pós-revolucionários (1789), sejam de acadêmicos, políticos ou sociólogos, trazem como tese comum a de que o nacionalismo, seja ele ideologia, consciência, sentimento, significa, sempre, a defesa dos interesses nacionais e a luta pela prosperidade do povo.

Assim entendemos a fonte do nacionalismo brasileiro, cujo herói e patrono foi Tiradentes.

As idéias das revoluções Americana e Francesa chegaram ao Brasil Colonial e

vieram fazer ferver os impulsos libertários do Patrono do nosso nacionalismo, o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, mais conhecido por Tiradentes. O Alferes Tiradentes recebeu essas idéias, que o apaixonaram, do estudante brasileiro José Alvarenga Maciel que regressara da Europa em 1788 (um ano antes da tomada da Bastilha) e lhe ofertou livros e publicações recentes sobre as idéias revolucionárias que já convulsionavam a França, e também um livro sobre a Revolução Americana (1776).

Essa foi a literatura que empolgou os conspiradores mineiros que se aliaram a Tiradentes, Cláudio Manoel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga, líderes da Conspiração Mineira, todos presos e condenados; Tiradentes foi enforcado e os demais, desterrados para a África.

A síntese comum do pensamento dos inúmeros autores citados no livro do Professor Sharper, repetimos, é que o nacionalismo representa a defesa dos interesses nacionais e a luta pela prosperidade do povo.

Essas duas idéias fundamentais fluíram dos movimentos revolucionários americano e francês e, como vimos, deram o conteúdo do nosso nacionalismo que teve seu berço em Vila Rica.

Não podemos deixar de reconhecer, entretanto, que nem todos os nacionalismos são iguais. Sob a cúpula comum de defesa dos interesses nacionais e luta pela prosperidade do povo, alguns países acrescentam reivindicações geradas em suas frustrações históricas, em sua mentalidade racista, em sua índole expansionista. Essa diversidade entre as nacionalidades, produto de variados anseios e ambições,

produziu nacionalismos que levantaram cuidados sobre a legitimidade.

Assim é que o nacionalismo francês tem a marca do *espírito de grandeza e prestígio*, o alemão vem crismado pelo *revanchismo e racismo*, o inglês tem seu matiz na idéia de *império* e o norte-americano carrega um contraditório *idealismo e expansionismo* (veja a sua História do Século XIX e, mais recentemente, a declaração do Presidente Clinton em S. Francisco (26.2.99): *Abraçamos a lógica inexorável da globalização, assumindo com determinação nossa posição de país-líder*. Enquanto isso, o nosso nacionalismo não carrega o pecado da ambição, do orgulho, do racismo, nasceu e se alimenta do amor à terra em que nascemos, que queremos vê-la soberana e próspera. Conservamos a pureza dos ideais patrióticos de Tiradentes.

Os nossos intelectuais internacionalistas e grande parte da famosa *mídia* criaram o conceito de que aqueles que entre nós acreditam no nosso nacionalismo, que representa priorizar os interesses da Nação e a prosperidade do nosso povo, estão ultrapassados no tempo. Pensar assim, agir assim, para os internacionalistas ou globalistas brasileiros, é ser dinossauro.

O nacionalismo brasileiro jamais foi isolacionista.

Sempre quisemos conviver e comerciar com todos os países do mundo. Nunca recusamos o diálogo, as alianças e os acordos, apenas queremos priorizar o interesse nacional.

Nosso nacionalismo nasceu no exemplo de Tiradentes, mas cresceu muito mais com a consciência advinda da Independência, quando herdamos a missão histórica

de preservar um imenso e rico patrimônio, de fazê-lo prosperar e de defendê-lo.

Pois bem, para esses brasileiros que se consideram cidadãos de um mundo inevitavelmente globalizado, movido sob a égide da economia de mercado, priorizar-se o interesse nacional é ser anacrônico, pré-histórico...

Não seria o caso de nos desvencilharmos dessa carapuça, que nos querem meter à força, de propaganda depreciativa, devolvendo-a com a afirmação/pergunta: Sou nacionalista, e você, o que é?

O DIFERENDO PALESTINO-ISRAELENSE

*Manuel Cambeses Júnior**

Indubitavelmente, os Estados Unidos têm uma posição dominante na nova ordem mundial posterior à Guerra Fria e à denominada Guerra do Golfo, de 1991. Porém, mesmo com seu domínio no poder militar e seus avanços tecnológicos e espaciais, não conseguem obter o controle de todos os fatores políticos que influem em uma confrontação. Existe um poder dominante mas também existem vários pólos políticos que conferem à *multipolaridade* um significado e um peso indiscutível. A *pax americana* posterior a 1991 não se assemelha à *pax romana* ulterior à destruição de Cartago, um século antes de Cristo.

Desde Sun Tzu até Clausewitz, passando por Tucídides e Tito Lívio, a guerra é considerada, fundamentalmente, um fato político.

* Coronel-Aviador. Do Corpo Permanente da ESG.

Israelenses e palestinos voltaram a digladiar-se com intensa violência e de forma cruenta, a partir de Jerusalém. Dessa feita, a razão do conflito é o Monte do Templo, denominado pelos muçulmanos de Haram al-Sharif, ou Nobre Santuário. Essa área, de aproximadamente 145 mil metros quadrados e considerada o berço do monoteísmo, é venerada obsessivamente por ambos os povos e constitui-se, atualmente, na questão mais delicada para que judeus e palestinos possam conviver harmoniosamente e consigam deslançar as negociações de paz. Ademais, os complexos e insolúveis problemas que acometem o Oriente Médio permanecem presentes como um permanente pano de fundo. Bem valeria a pena passar uma rápida revista aos mesmos. O pan-arabismo, o conflito árabe-israelense, o problema palestino, o fundamentalismo islâmico e as controvérsias étnico-territoriais: eis aqui as causas fundamentais da instabilidade e da conflitualidade nessa zona do mundo.

O pan-arabismo é o resultado do processo artificial e arbitrário que deu origem à existência dos Estados da região. Na medida em que estes surgiram como resultado de um simples traçado geométrico, que ignorou as realidades subjacentes, não foi possível assentar sobre eles um sentido de identidade nacional. Essa busca de identidade, que não encontrou resposta ao nível de unidades nacionais, teve de trasladar-se a dois extratos diferentes. De um lado ao clã, à tribo, à família. De outro, ao contrário, para uma entidade muito maior que os próprios Estados, ou seja, para a idéia da grande nação árabe. Em virtude desse fenômeno conhecido como pan-arabismo, as fronteiras estatais são vistas como divi-

sões artificiais que não fazem mais do que separar um mesmo povo.

O fenômeno pan-arábico tem trazido consigo conseqüências e as seguintes tendências: a formação de lideranças messiânicas que buscam projetar-se sobre o conjunto do mundo árabe; a intervenção em assuntos internos dos demais Estados árabes em virtude da justificativa brindada por essa noção supraestatal; a considerar as riquezas da região como prioridade mancomunada de todos os países árabes e os subseqüentes ressentimentos que derivam, ante a impossibilidade de aceder a elas; a identificar arabismo com sunismo, ou seja, a raça árabe com a vertente sunita do islamismo.

O conflito árabe-israelense encontra sua origem no fim da Primeira Guerra Mundial, quando os britânicos assumiram o mandato sobre um território que, a seguir, haveria de chamar-se Palestina. Ao fazê-lo, começaram a dar *rédeas soltas* à imigração judia, a qual se assentava nos compromissos derivados da chamada *Declaração Balfour* e nas exigências do movimento sionista que teve sua origem no intelectual húngaro Teodoro Herzl.

A Resolução 181 das Nações Unidas, do ano de 1947, adotou um plano para dividir a Palestina em dois Estados: um árabe e outro judeu. A declaração de independência do Estado de Israel, em 1948, veio imediatamente sucedida por um ataque combinado de Egito, Síria, Líbano, Jordânia e Iraque. O resultado dessa guerra foi que Israel ficou de posse de territórios mais extensos do que aqueles que lhe haviam sido designados, originalmente, no Plano de Participação da Palestina aprovado pela ONU. Dessa maneira, ao problema da

introdução de um *corpo estranho* na região, vieram somar-se dois problemas adicionais: a ocupação, por parte de Israel, de territórios que não lhe foram conferidos juridicamente e a presença de uma população árabe-palestina flutuante, transformada em permanente fator de combustão.

O problema palestino teve sua origem na impossibilidade de se criar um Estado árabe, de acordo com o prescrito pela Resolução 181 que dividiu a Palestina. A guerra de 1948, que sucedeu a independência de Israel, aumentou seu território, ocupando a Galiléia e a parte oeste de Jerusalém, que haveriam de corresponder à Palestina árabe. Mais grave ainda, entretanto, foi a atitude dos próprios árabes para a criação de um Estado árabe-palestino. O emir Abdullah anexou a Cisjordânia a seu próprio território da Transjordânia, formando sobre essas bases o moderno reino da Jordânia. Por outro lado, o Egito ficou com o controle da Faixa de Gaza, também destinada ao Estado árabe-palestino. Após a Guerra dos Seis Dias, em 1967, Israel conquistou Gaza e a Cisjordânia. A partir desse momento, a impossibilidade de conformar um Estado árabe-palestino, sob os termos da Resolução 181, passou a recair sob a responsabilidade israelense.

O *fundamentalismo islâmico* é resultado do caráter totalizador do credo corânico, sempre propício aos excessos. A *Sharia*, ou sujeição às leis religiosas, se apresenta como uma opção natural de identidade em meio à influência ocidental e ao mundo moderno. Nela, o crente muçulmano encontra resposta a suas dúvidas, em meio aos preceitos que guiam todos os aspectos de sua vida cotidiana e lhe brindam

com um *nicho de certezas* frente a um leque de questionamentos sem respostas. A revolução de Khomeini no Iran abriu as portas a um modelo de vida e de sociedade que a cada dia se apresenta mais atrativo para amplas massas populacionais do Oriente Médio. O temor à *Jahiliyya*, ou seja, à apostasia e à barbarie, é identificado não somente com a presença e a influência do Ocidente, mas também com a dos regimes pró-ocidentais da região.

As *controvérsias étnico-territoriais* são resultado de traçados artificiais, nas quais ingleses e franceses delinearão as fronteiras da região, após o fim da Primeira Guerra Mundial. Antigas províncias turcas se viram desligadas de seus centros ancestrais de posse, da mesma maneira como grupos étnicos de uma mesma origem se viram separados por novos limites estatais. Dessa forma, a Jordânia se sentiu no direito histórico de anexar a Cisjordânia, da mesma maneira que o Iraque considerou que podia fazer o mesmo com o Kuwait. Iran e Iraque têm mantido uma perene disputa sobre o Shatt-el-Arab, da mesma forma que a Síria sempre considerou que a província de Mossul, outorgada ao Iraque, forma parte de sua herança histórica. De um a outro extremo da região, os problemas territoriais se reproduzem, gerando rusgas e confrontos. Por sua vez, a pressão irredutível de grupos étnicos que se consideram com direito a uma pátria própria se faz sentir de maneira contundente. Junto ao caso palestino, anteriormente aludido, encontramos também os curdos, grupo étnico que foi disseminado entre Turquia, Iran e Iraque.

É importante enfatizar que o Oriente Médio contém em suas entranhas dois

terços das reservas petrolíferas do mundo e tem demonstrado, sistematicamente, incapacidade para alcançar a estabilidade e estabelecer a tão almejada paz. Os problemas e as tensões que afloram a todo momento demonstram estar calcados em ódios e ressentimentos acumulados ao longo de séculos e mostram-se demasiadamente enraizados para que seja promovida, a curto prazo, uma trégua à conflitualidade reinante nessa conturbada região do planeta.

DECISÕES POLÍTICAS E ESTRATÉGICAS

*Mario Cesar Flores**

A defesa nacional interessa à sociedade, razão por que o público leigo faz jus a algumas considerações sobre a compra do navio-aeródromo (NAe) francês *Foch*.

O sistema NAe-aviões é útil para controlar grandes extensões oceânicas (os aviões atacam e defendem forças navais), proteger o tráfego marítimo nelas (o nosso *Minas Gerais* foi concebido para fazer isso no Atlântico Norte, não coberto por aviões voando de terra, na Segunda Guerra Mundial) e projetar poder (bombardeio de objetivos em terra e apoio a operações anfíbias ou em terra). A contribuição de aviões para a defesa do litoral e proteção do tráfego costeiro é factível, sem expor o NAe, voando de terra.

As preocupações com as grandes extensões oceânicas vêm diminuindo por-

que os conflitos entre grandes potências navais são hoje pouco prováveis; em 1997, a Inglaterra vendeu-nos fragatas-escoltas porque o fim da Guerra Fria as deixara sem missão. Nos maiores conflitos dos últimos cinquenta anos, dependentes do fluxo logístico marítimo (Coréia, Vietnã, Golfo) não aconteceram disputas pelo controle do mar e o tráfego transoceânico nunca esteve ameaçado; nas Malvinas, o controle inglês limitou-se à região das ilhas.

Quanto à projeção sobre terra, hoje instrumento das intervenções da *nova ordem*, a tecnologia está substituindo os aviões pelos mísseis, mas, por ora, os aviões continuam válidos. Onde há defesa organizada, fazem-se necessários grandes NAes; os médios ou pequenos podem ajudar, mas não resolvem sozinhos.

Em suma, a aviação embarcada é hoje principalmente instrumento da polícia do mundo, necessário aos EUA, potência com responsabilidades globais, no seu duplo papel: o de projeção em áreas conflitadas e o de afirmação de que a ordem naval americana garante a tranqüilidade dos oceanos. Talvez necessários também à França e à Inglaterra, como presença coadjutora (o caso do *Foch* no conflito do Kosovo), ou por força de suas responsabilidades nas ex-colônias. E, finalmente, a outros países em contextos marítimos amplos, onde existam problemas de segurança e desde que lhes caibam responsabilidades ponderáveis na ordem regional. Esse é o caso da Índia no Índico e, mais dia, menos dia, será o da China no Pacífico asiático.

Depreende-se, portanto, que o sistema NAe-aviões, como de resto qualquer sistema de armas relevante no projeto po-

* Almirante-de-Esquadra. Transcrição de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 22.8.2000.

lítico de defesa nacional, precisa ser alicerçado em avaliação político-estratégica das ordens global e regional e da inserção do País nelas, levando em consideração os interesses, as possibilidades e limitações do País e o respaldo societário. A questão do NAe francês se enquadra nesse esquema.

Vejamus uma hipótese: a avaliação conclui que o preparo militar brasileiro deve ser condicionado pela defesa local, sem descartar eventual atuação distante em nível secundário ou simbólico, para demonstrar interesse e apoiar a legitimidade de ações internacionais, ao menos enquanto o País se desenvolve e resolve seus problemas socioeconômicos. Assim procederam os EUA no século XIX: direcionaram sua capacidade militar limitada para seus problemas locais e só passaram a ter presença e projeção estratégica distantes quando seu desenvolvimento as impuse-

ram. Nessa hipótese, o sistema NAe-aviões é suscetível de dúvidas.

Mas pode prevalecer a avaliação de que circunstâncias internacionais, o desenvolvimento nacional e o satisfatório encaminhamento de nossos problemas internos sugerem e permitem a ressurreição da idéia de potência emergente da década de 1970, com suas responsabilidades intrínsecas, coadjuvantes ou autônomas; as navais, ao menos no Atlântico Sul. Nesse caso, a compatibilização da visão política com o sistema militar justifica o NAe-aviões e a compra do *Foch* se explica.

A decisão deve ter ocorrido de avaliação dessa natureza, com os parâmetros citados e talvez outros relacionados com a defesa nacional, pois é descabido supor que teriam pesado nela as conveniências do relacionamento com a França - país que lidera na União Européia a resistência aos nossos produtos agrícolas... ●

“Nos grandes mestres o adjetivo é escasso e sóbrio. Vai aumentando progressivamente à proporção que descemos a escala dos valores.”

Monteiro Lobato

“Muitas vezes a dúvida é o início da sabedoria.”

M. Scott Peck